Lewandowski negociará R$ 1,5 bi com o Congresso

Parlamentares aumentam fatia de verbas no Ministério da Justiça

Rosinei Coutinho/SCO/STF

Futuro ministro será empossado no comando da pasta em 1º de fevereiro

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski assumirá o Ministério da Justiça e da Segurança Pública com uma fatia maior do orçamento controlada por parlamentares. A soma de recursos indicados por deputados e senadores saltou de cerca de R$ 500 milhões no ano passado para R$ 1,5 bilhão no Orçamento de 2024.

No total, o ministério contará com mais verbas para ações de segurança pública, que aumentaram de R$ 13,7 bilhões para R$ 15,4 bilhões. Estas ações abrangem desde o custeio e a folha de pagamento das polícias até investimentos em tecnologia e na aquisição de viaturas.

O aumento dessa parcela do orçamento, porém, foi impulsionado pelas indicações políticas. O ministro tem pouca influência sobre a execução das emendas, geralmente direcionadas aos redutos políticos dos parlamentares.

Já a cifra disponível para as ações definidas pela própria pasta caiu. Trata-se da verba classificada como discricionária, que não está comprometida com indicações parlamentares ou gastos obrigatórios e salários. Esse recurso passou de cerca de R$ 3,2 bilhões para R$ 2,9 bilhões.

No ano passado, o governo usou a verba própria principalmente para atividades da Polícia Federal, com pagamentos de diárias e compra de viaturas e aeronaves. O recurso discricionário também serviu para confecção de passaportes, entre outros serviços.

O ministério ainda perdeu cerca de R$ 50 milhões do dinheiro próprio durante as discussões sobre o Orçamento no Congresso. "Além da redução, algumas programações orçamentárias foram alteradas, o que compromete sobremaneira o planejamento do órgão", afirmou a pasta, em nota.

O presidente Lula (PT) anunciou em 11 de janeiro a escolha de Lewandowski para o comando da Justiça. O atual ministro, Flávio Dino, foi indicado por Lula para uma vaga no STF.

No total, há R$ 21,89 bilhões reservados para o ministério este ano. A pasta teve R$ 20,6 bilhões disponíveis no ano anterior, sendo que R$ 19,8 bilhões foram empenhados — etapa que antecede o pagamento.

A verba do ministério é distribuída entre diversos órgãos e fundos. A Polícia Federal, por exemplo, recebe R$ 9,4 bilhões. Já o Fundo Nacional de Segurança Pública tem orçamento de R$ 2,2 bilhões.

A maior parte do dinheiro do ministério e desses órgãos será usada para cobrir gastos com pessoal e encargos sociais, como salários e aposentadorias. Estão reservados R$ 13,2 bilhões para essas despesas

O Fundo Penitenciário Nacional, que chegou a ter R$ 500 milhões disponíveis em 2023, começa o novo ano com cerca de R$ 360 milhões. Em nota, o Ministério da Justiça disse que o orçamento do fundo foi elaborado considerando estimativas de receita e o valor referencial disponibilizado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

"Assim, existe a expectativa do orçamento do Funpen ser majorado, da mesma forma que ocorreu em 2023, durante o transcorrer do exercício", afirmou a pasta.

A CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) da Câmara indicou R$ 725 milhões ao ministério, cerca de metade da verba de emendas da pasta. Na sequência, a bancada de São Paulo direcionou R$ 158,4 milhões.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) apresentou emendas de R$ 20,6 milhões, o maior repasse de um único parlamentar ao ministério. Uma das emendas do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) prevê a compra de drones e capacetes, além de R$ 10 milhões em fuzis para a Polícia Militar.

Praticamente todo o recurso das emendas direcionadas ao ministério é usado para equipar forças de segurança com novas viaturas, sistemas de monitoramento e outros equipamentos.

Sob o limites do novo arcabouço fiscal, qualquer ampliação das despesa precisa ser compensada com a redução de outros gastos. Por isso, o avanço das emendas pode restringir os investimentos próprios dos ministérios.

Lewandowski assume o cargo a partir do dia 1º de fevereiro. Até lá, Dino e o futuro ministro trabalham juntos na transição do cargo.

O ex-ministro do Supremo deixou a corte em abril passado, ao completar 75 anos de idade — da aposentadoria compulsória. Ele foi substituído na ocasião pelo advogado de Lula Cristiano Zanin.

Ao sancionar o Orçamento deste ano, Lula aplicou um corte de R$ 5,6 bilhões nas chamadas emendas de comissão, que, segundo líderes do Congresso, serão usadas para acordos políticos que fortalecem as cúpulas da Câmara e do Senado. Foram vetados cerca de R$ 80 milhões direcionados à Justiça.

Apesar da tesourada bilionária de Lula, o total em emendas parlamentares em 2024 será recorde: R$ 47,5 bilhões.

Existem três tipos de indicações parlamentares: as emendas individuais (que todo deputado e senador têm direito), as de bancada (parlamentares de cada estado definem prioridades para a região) e as de comissão (definida por integrantes dos colegiados do Congresso).

Por Mateus Vargas (Folhapress)

Lula mantém recursos militares

José Cruz/ Agência Brasil

Manutenção de investimentos é vitória de José Múcio

O primeiro ano do terceiro mandato de Lula (PT) à frente da Presidência da República manteve o padrão de gasto militar e o nível de investimento nas Forças Armadas deixados por Jair Bolsonaro (PL), que governou de 2019 a 2022.

Isso configura uma vitória política do ministro José Múcio Monteiro (Defesa), que passou o ano passado driblando iniciativas do entorno de Lula para retirar poder dos militares, acentuadas devido à associação de parte dos fardados ao bolsonarismo e à suspeita de leniência no 8 de janeiro.

Múcio buscou aproximá-lo dos comandantes das Forças e, desde a virada do ano, o presidente tem feito gestos de apreço aos militares — inclusive evitando cortar emendas parlamentares para o setor. Daqui para a frente, o cenário fiscal é mais incerto.

Segundo dados do Siga Brasil, sistema do Senado que monitora quanto o governo gasta de forma precisa, por acompanhar a execução orçamentária programa a programa, incluindo dispêndios novos e restos a pagar, os militares investiram R$ 8,13 bilhões em 2023.

Isso representa apenas 6,8% do desembolso total, um problema crônico do setor, que gastou 79,8% dos R$ 119 bilhões com pessoal ativo e inativo e busca sem sucesso saídas para o cenário. O restante foi despendido com custeio, o cotidiano da administração das organizações militares.

Em 2021 e 2022, a proporção foi a mesma em valores já corrigidos pela inflação. Isso equivale a cerca de 1,1% do PIB do país, abaixo dos 2% preconizados pela Otan, o padrão-ouro da área no mundo e defendido como meta pela Defesa desde os anos 2000. Em 2020, o investimento foi algo maior, R$ 9,9 bilhões.

Questionado, Múcio não comentou o contexto político. Em nota, sua assessoria disse que "os projetos estratégicos têm sido mantidos e que o direcionamento dos esforços é nesse sentido". Mas afirmou que "as regras fiscais dos últimos anos trazem limitações para o incremento desse tipo de gastos, o que torna um grande desafio o cumprimento de cronogramas".

Com o patamar atual, o país volta ao nível em valores corrigidos de investimento militar de 2008, antes da entrada em vigor dos grandes negócios de defesa patrocinados por Lula em seu segundo mandato, como o acordo Brasil-França para fabricar submarinos e helicópteros.

Por Igor Gielow e Gustavo Patu (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Valter Campanato/Agência Brasil

Poder de Bolsonaro é questionado no partido

Divergências expõem crise de identidade no PL

O PL vive uma crise de identidade gerada pelo aprofundamento das divergências entre sua ala mais moderada e a ligada a Jair Bolsonaro. Desde que elogiou Lula, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, enfrenta questionamentos do grupo mais radical, que duvida de sua fidelidade ao bolsonarismo.

Ele chegou a levar uma estocada do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Irritado pelas críticas de Costa Neto em relação à sua eventual passividade em ações policiais contra parlamentares, Pacheco, sem citar o oponente, citou líderes que não conseguem organizar a oposição e que apenas fingem lutar por impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal para "iludir" adeptos.

Pé na porta

A outra ala não gostou da decisão do vereador Carlos Bolsonaro de ir para o PL (é do Republicanos) e assumir a presidência de seu diretório carioca. A demonstração de poder não foi bem digerida: "O (Jair) Bolsonaro não faz política, vai com o pé na porta", diz um parlamentar.

Ramagem

Outro motivo de desgaste foi o papel de Carlos na indicação do deputado Alexandre Ramagem à prefeitura do Rio. A escolha ocorreu depois de notícias sobre seu suposto envolvimento em espionagem ilegal. A candidatura subiu no telhado depois dos fatos da semana passada.

Marcello Casal JrAgência Brasil

Presidente do PL acena para os dois lados

Valdemar Costa Neto procura manter partido sob controle

Costa Neto tenta se equilibrar: aumenta suas críticas ao Supremo Tribunal Federal, mas faz vista grossa à entrega, pelo Planato, de cargos para indicados por parlamentares do PL, estes, fiéis ao governismo que caracteriza a legenda.

Ele não quer abrir mão do controle do partido, o que inclui o apoio à reeleição de Ricardo Nunes (MDB) em São Paulo. Mas quer os votos bolsonaristas que fizeram o PL eleger 99 deputados federais e ter, consequentemente, a maior fatia dos fundos partidário e eleitoral.

A tarefa não é fácil: o radicalismo bolsonarista deverá fazer o partido perder, no Rio, um deputado federal e um prefeito.

Psol-RJ quer Lula

Pré-candidato a prefeito do Rio, o deputado Tarcísio Motta (Psol) quer ter Lula em seu palanque — isto, apesar de o presidente ter se comprometido com a reeleição de Eduardo Paes (PSD). Ressalta que não seria novidade o PT apoiar diferentes candidatos a cargo executivo.

Liberdade

Além do respaldo do presidente, Motta quer que parlamentares e militantes do PT, PCdoB e PV possam apoiar abertamente sua candidatura, sem riscos de punição. A federação formada pelos três partidos deve se coligar com Paes. "Sou da base do Lula", frisa.

Olho em 2026

Na avaliação de Motta, sua ida para o segundo turno contra, provavelmente, Paes representaria uma derrota importante do bolsonarismo, o que facilitaria a vida de Lula no Rio em 2026. Ele conta também com o enfraquecimento de Ramagem, alvo da PF, da PGR e do STF.

A Martha do Rio

O deputado afirma que gostaria de ter um pedetista como vice: admite que a deputada estadual Martha Rocha seria uma boa opção. Ela é pré-candidata à prefeitura, mas não descarta uma composição com o Psol. As conversas serão retomadas depois do Carnaval.